



## CONGRESSO NACIONAL

MPV 305

## EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA

00138

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO 1

JOAO CAMPOS

MP nº 305, de 29 de junho de 2006

01 de 01

TEXTO

Exclua-se do parágrafo único do art. 7º o trecho “à retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento e”, passando a Tabela de Subsídios para as Carreiras da Área Jurídica (Anexo I), a ter a seguinte redação:

**ANEXO I**  
**TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA**  
(incisos I a V do art. 1º)

CATEGORIA	VIGÊNCIA			
	1º JUL 06	1º JAN 07	1º JAN 08	1º JUN 2009
ESPECIAL	11.850,00	12.900,42	14.954,90	19.955,40
PRIMEIRA	11.257,50	12.255,39	14.207,15	18.957,63
SEGUNDA	10.694,62	11.642,63	13.496,79	18.009,75

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva evitar que o sistema remuneratório das carreiras da área jurídica federal sofra uma distorção ainda maior que a experimentada atualmente, e que ensejou a alteração legislativa iniciada pelo Governo, consoante justificativa contida no projeto original encaminhado pelo Advogado-Geral da União ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 06/05/2005, qual seja: a migração constante de profissionais de excelente qualidade para outras carreiras jurídicas federais, especialmente do Poder Judiciário da União e do Ministério Público da União, que no momento apresentam-se mais atrativas financeiramente, em flagrante prejuízo para o desenvolvimento das atividades da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados, bem como da Defensoria Pública da União, órgãos essenciais para a consecução e manutenção das políticas públicas do Estado brasileiro, situação esta reconhecida inclusive pelo Tribunal de Contas da União.

As carreiras contempladas encontram-se inseridas no mesmo âmbito constitucional daquelas integrantes do Ministério Público da União, qual seja, o das “Funções Essenciais à Justiça” (Título IV – Capítulo VI, CF), razão pela qual deveriam submeter-se ao mesmo tratamento remuneratório. Nada obstante, recebem tratamento discriminatório, o que vem causando intensa migração e rotatividade de quadros. A tabela proposta, contudo, ao invés de resolver a situação, agrava-a, na medida em que mantém e congela para os próximos anos a enorme disparidade hoje detectada e que tem feito com que cerca de 40% dos candidatos aprovados para tais carreiras sequer assumam, enquanto, dos que entram em exercício, outros 40% se exonerem já no primeiro ano, isto porque aumenta a diferença entre as categorias iniciais (onde ocorre a evasão) e as finais, em afronta inclusive a lógica do instituto do “subsídio”, como se extrai das leis que fixaram o subsídio para as carreiras da Magistratura e do Ministério Público Federais.

A supressão do § único do art. 7º objetiva afastar a inconstitucionalidade flagrante que há em se preservar parcela remuneratória incompatível com o regime de remuneração por subsídio. Com efeito, o subsídio deve ser fixado em “parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória”.

A alteração da tabela objetiva manter ao menos os interstícios de 5% entre uma categoria e outra, como previsto no anteprojeto original, de modo a que não experimente a advocacia pública maior incremento ainda da evasão de quadros altamente qualificados, o que, aliás, é um dos objetivos da fixação dos subsídios para tais carreiras. Por outro aspecto, mantém o valor como valor inicial previsto no projeto original como valor atribuível à última categoria, de modo a afastar, em parte, a irrazoabilidade do tratamento discriminatório relativamente aos membros do Poder Judiciário e Ministério Público Federais. Suprimido o § único do art. 7º, de manifesta inconstitucionalidade, o aumento da despesa prevista e ajusta-se o projeto aos seus motivos originais e à Constituição Federal.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DATA

ASSINATURA

03/07/2006

224  
MPV 305/06

Demonstrativo: Comparação das Tabela consideradas na emenda:

**PROPOSTA ACORDADA ENTRE TÉCNICOS DA AGU E DO MPOG EM FEVEREIRO DE 2006**

CATEGORIA	JUNHO/2006	JUNHO/2007	JUNHO/2008	JUNHO/2009
Segunda	R\$ 10.618,79	R\$ 15.068,36	R\$ 17.511,88	R\$ 19.955,40
(diferença %)	5%	5%	5%	5%
Primeira	R\$ 11.175,01	R\$ 15.861,44	R\$ 18.433,56	R\$ 21.005,68
(diferença %)	11,8%	5%	5%	5%
Especial	R\$ 12.671,09	R\$ 16.696,25	R\$ 19.403,75	R\$ 22.111,25

**TABELA (ANEXO I) DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 305, DE 30/06/2006**

CATEGORIA	JULHO/2006	JANEIRO/2007	JANEIRO/2008	JUNHO/2009
Segunda	R\$ 9.500,00	R\$ 10.497,56	R\$ 11.238,98	R\$ 11.980,40
(diferença %)	12,8%	10,6%	11,9%	12,4%
Primeira	R\$ 10.900,00	R\$ 11.746,95	R\$ 12.751,39	R\$ 13.683,83
(diferença %)	8%	8,9%	14,7%	19,6%
Especial	R\$ 11.850,00	R\$ 12.900,42	R\$ 14.954,90	R\$ 17.009,38

**PROPOSTA DE EMENDA À MP Nº 305, DE 30/06/2006**

CATEGORIA	JULHO/2006	JANEIRO/2007	JANEIRO/2008	JUNHO/2009
Segunda	R\$ 10.694,62	R\$ 11.642,63	R\$ 13.496,79	R\$ 19.955,40
(diferença %)	5%	5%	5%	5%
Primeira	R\$ 11.257,50	R\$ 12.255,39	R\$ 14.207,15	R\$ 18.957,63
(diferença %)	5%	5%	5%	5%
Especial	R\$ 11.850,00	R\$ 12.900,42	R\$ 14.954,90	R\$ 18.009,75

(valores da MP 305/06)

228  
UP/305/06